

TRABALHISMO E HISTÓRIA: UM PERCURSO

NAS MEMÓRIAS DE CLODESMIDT RIANI

Alexandre Peixoto Heleno¹

*“Mas a vida é esta de luta. Lutar para viver e não
viver para morrer de fome e nossos filhos na miséria...
Feliz daquele que tem um ideal para lutar e defender.”*

(Clodesmidt Riani)

Quem é o personagem desta história?

Nos limites destas páginas iremos apresentar a “História e Vida de Clodesmidt Riani: Das grandes lutas sociais ao golpe de 1964”², fruto de nossa pesquisa histórica³, procurando relacionar as questões entre história, memória e recortes biográficos.

Nosso personagem, Clodesmidt Riani, é mineiro de Rio Casca (1920) e teve a sua vida radicada em Juiz de Fora (MG)⁴. Foi líder sindical e político combativo nos anos imediatamente anteriores ao golpe civil e militar de 1964, destacando-se na frente do campo das batalhas sociais travadas pelos trabalhadores do Brasil durante o governo João Goulart (1961-1964). Riani, naquela ocasião, era presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), duas das maiores organizações classistas de nossa história. Quando ocorreu o golpe, ele ocupava o cargo de deputado estadual do Estado de Minas Gerais, pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Foi preso e torturado, mas nunca desistiu das lutas dos trabalhadores do Brasil.

Há uma ressalva importante que gostaríamos de fazer antes de acompanharmos a vida de Clodesmidt Riani e que se refere à abrangência dessa retrospectiva. Seleccionamos os principais episódios da sua trajetória a partir de nosso interesse em formar um determinado panorama visto de perfil, conforme a nossa delimitação temática e objeto de estudo. Deixamos, propositalmente, de incluir muitos dados que podem ser buscados em outras fontes e relatos do próprio personagem, os quais são relevantes para um aprofundamento biográfico. Sugerimos que é possível realizar futuros trabalhos sobre este personagem, envolvendo a cultura dos trabalhadores, aspectos da vida cotidiana da cidade de Juiz de Fora, a história do PTB, o próprio trabalhismo, o período da ditadura militar e dos acontecimentos mais próximos do nosso tempo presente. Não agregamos extensamente, por exemplo, os dados que se referem ao período ditatorial, durante os anos em que Riani esteve preso, aspecto fundamental para se entender, entre outras coisas, o grave momento vivenciado por ele e as lembranças e registros deixados por seus familiares nas constantes trocas de correspondências e, mesmo, no acompanhamento dos processos judiciais. Também não nos prendemos a observar mais de perto os momentos marcantes de sua infância, a iniciação na vida profissional e as lembranças de seus pais, amigos e familiares.

Assim, optamos por um recorte mais delimitado, que correspondesse ao momento de sua entrada no movimento sindical até a constante vida política anterior ao golpe de 1964, o que se aproxima em termos de uma cronologia oficial ao governo João Goulart, marcado por intensas lutas sociais. Contudo, nas páginas que se seguem, está representada sob a forma de uma narrativa mais concisa, baseada em memórias colhidas em diferentes momentos, a trajetória de Clodesmidt Riani, nos anos mais dramáticos de nossa história republicana, em que o nosso personagem presenciou e participou ativamente daqueles episódios definitivos para a sociedade brasileira, marcados por lutas, tensões, impasses, utopias e conquistas sociais.

Riani e as memórias de resistência

Na história recente do Brasil, a experiência de vida de cidadãos que lutaram e daqueles que continuam lutando contra a opressão, as desigualdades e as injustiças, que sofrem na pele a dor de serem perseguidos, caluniados, feridos, de lhes arrancarem todos os bens materiais e de os separarem dos entes queridos, torna-se, cada vez mais, presente e próxima de nossa realidade. Todos que vivenciaram o tempo da ditadura, certamente, se recordam do quanto aqueles anos eram difíceis. Em alguns casos, para nossa sorte, homens e mulheres hoje conseguem superar parte dos traumas vividos e se dispõem a contar as suas histórias e revelar outras visões sobre esse passado recente. Clodesmidt Riani é um desses bravos brasileiros que pertence ao conjunto de políticos, militantes sindicais, estudantes, esquerdistas, artistas, intelectuais, jornalistas, militantes católicos progressistas, militares, entre tantos outros sujeitos da história, que não compactuaram com o empreendimento golpista civil e militar de 1964. Todos eles representam a voz da resistência ao autoritarismo, e, devido a seus ideais e ações, tornaram-se vítimas da repressão que se abateu no Brasil, desde abril de 1964 até o término do período ditatorial.

Riani, entre os militantes sindicais do período anterior ao golpe de 1964, talvez tenha sido um dos mais perseguidos pelo novo governo que se instalou. Foi escolhido como vítima exemplar, indevidamente acusado de elemento agitador e comunista, indiciado e condenado por crimes que não cometeu. Isto porque ele integra-se a um conjunto de cidadãos brasileiros que estiveram na linha de frente das lutas democráticas e sociais no Brasil e que sempre lutaram por maior justiça social e melhores condições de vida para os trabalhadores. Riani foi preso, insultado, torturado e separado por anos da convivência com sua esposa Norma e de seus dez filhos. Como vítima do arbítrio que se abateu em todos os cantos do Brasil, teve arrancado quase tudo, menos o seu orgulho. Tal orgulho é sustentado pela fé e esperança de que um mundo melhor ainda é possível. Sonho que está representado em suas memórias como forma de resistência que o tempo e o discurso da memória oficial tentam silenciar. Ao mesmo tempo, podemos encontrar em suas memórias os fundamentos de sua identidade social, e, na junção entre suas memórias e identidade, a elaboração do seu projeto enquanto sujeito histórico, que luta por um futuro mais igualitário e justo para todos.

Durante esses anos, desde o momento do golpe até o nosso tempo presente, Riani se esforçou por manter viva a sua história, preservando fontes documentais da época, os mais diversificados tipos de registros históricos, de “lugares de memória”, com o intuito de resistir, sempre. O árduo esforço de preservar suas memórias – uma das tarefas mais espinhosas para essas

peças – resultou por iniciativa de Riani e de seus familiares e amigos na organização e criação do Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani (CMDCR), inaugurado em 15 de outubro de 2001. Esse acervo particular é um dos mais ricos de que se dispõem, dada as origens sociais de Riani e o potencial de informações ao acesso de pesquisadores. No conjunto de suas fontes temos documentos, fotografias, *folders*, livros, revistas, jornais, diplomas, medalhas e, principalmente, seus depoimentos de vida. Parece que Riani, em seu íntimo, procura manter viva a sua identidade nas lembranças do passado, elaborando o seu projeto de vida como resistência à força inexorável do tempo, além de reivindicar uma retratação na história oficial, a qual procurou “esquecê-lo”.

Consideramos uma parte da trajetória de Clodesmidt Riani, aqui resgatada em nossa pesquisa, como exemplar para a compreensão dos dilemas associados à presença da cultura política trabalhista nos marcos do projeto nacional-estatista, na conjuntura política do início dos anos 1960. Ao observarmos mais atentamente o trabalhismo e a trajetória de Riani, percebemos que dentro da segunda geração trabalhista⁵ e da corrente reformista há vários indícios que sugerem a existência de uma vertente inclinada em defender a democracia com apoio às reformas, combinando mobilização de massas com ação institucional.

Durante a Terceira República (1945-1964), o trabalhismo foi apropriado e interpretado por trabalhadores, lideranças políticas e sindicais, conquistando novos sentidos, forças e possibilidades, começando a se estruturar como uma tradição da política brasileira, “capaz de mobilizar eleitores e de ser mobilizada por políticos”, e que aos poucos foi sendo incorporado por aqueles oriundos da classe operária. A nova conjuntura política, da era pós-Estado Novo, trouxe condições históricas concretas para que o projeto trabalhista ganhasse corpo, endossando um discurso mais amplo e estabelecendo os seus novos limites dentro da democracia vigente. Ao longo dos anos, estes aspectos permitiram a formação de quadros distintos dentro do trabalhismo, surgindo, no interior do movimento, distintas gerações que passaram a dividir e disputar o poder de decisão em sua ação política. Embora, em alguns casos, esses líderes dos trabalhadores tenham conquistado espaço no bojo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ainda mantivessem dentro do seu imaginário político as referências a Vargas, os membros da nova geração se diferenciavam da anterior por sua ação política, caracterizada por um viés mais autônomo em defesa dos seus interesses de classe. Após 1954, esse “trabalhismo sem Vargas” colocou em evidência uma geração que assistiu e participou da transformação que o movimento adquiriu ao levantar a bandeira do reformismo social e do alargamento da ação política autônoma, rumo drasticamente interrompido pelo golpe civil e militar de 1964⁶. E foi sobre o PTB e sobre as

lideranças sindicais trabalhistas e comunistas que a repressão mais rápida e duramente se abateu: os primeiros deputados cassados, por exemplo, foram os parlamentares mineiros Sinval Bambirra, José Gomes Pimenta (Dazinho) e Clodesmidt Riani⁷, que eram operários e sindicalistas.

É impossível fugir da sedução da memória e do fascínio pelo vivido e concebido pelo outro quando trabalhamos com as memórias de Clodesmidt Riani, cujas narrativas pertencem ao que se denomina “memórias de resistência”. Elas constituem um rico registro sobre a experiência do nacional-estatismo e do trabalhismo, sobre o PTB, sobre o movimento sindical, além de uma história do cotidiano dos operários de Juiz de Fora e da própria cidade mineira. Como nos mostra Lucília Neves, ao definir as ligações entre memória e identidade dos sujeitos:

A memória é um dos principais fundamentos da cidadania, pois pode se contrapor ao esquecimento. Muitas vezes adquire dimensão de resistência e alimenta o presente com narrativas sobre o passado, contribuindo para construção e reconstrução de identidades coletivas, que poderiam se perder na trama diacrônica do movimento da história. A narrativa de Riani pode ser incluída no conjunto do que denominamos narrativas de resistência, pois reconstrói experiências de um tempo passado que a memória institucional procurou, ora relegar ao esquecimento, ora desqualificar.⁸

O depoimento de vida prestado por Clodesmidt Riani, ao longo destes anos, nos possibilita um tipo privilegiado de abordagem, não muito comum em trabalhos que utilizam a metodologia da história oral, devido à condição excepcional de poder contar com vários registros de suas entrevistas em diferentes contextos. Esses relatos servem para balizar determinados aspectos de suas memórias, fatos ocorridos, lugares e personagens, que podem se destacar mais em um dado momento do que em outros. Hoje podem surgir novas informações que antes eram silenciadas pelo depoente. E o movimento inverso pode também ocorrer, ou seja, algumas informações que antes eram destacadas acabam sendo condicionadas ao esquecimento ou relegadas ao segundo plano, pelas características fisiológicas da memória ou mesmo por terem perdido a força de seu significado em relação aos outros tempos.

Construindo uma trajetória de lutas sociais

Riani herdou de seu pai, Orlando Riani, o gosto pelo sindicalismo, tendo iniciado a sua militância sindical no ano de 1949, quando participou ativamente da comissão de salário dos empregados das empresas de carris

urbanos de Juiz de Fora. A partir daquele momento, passou a representar os trabalhadores juiz-foranos em todas as negociações salariais. Nesse mesmo ano foi eleito suplente de vogal da comissão da Junta de Conciliação e Julgamento agregada à Justiça de Trabalho. Também foi eleito para o Sindicato de Carris Urbano. Porém, por uma reação da chapa de oposição, foi impedido de tomar posse por um recurso impetrado, que tentou desqualificá-lo por ser membro do Sindicato dos Trabalhadores da Força e Luz. Riani não se conformou, organizou outra chapa com elementos de sua extrema confiança e os elegeu para a Diretoria do Sindicato. Esta, certamente, é uma pequena mostra da sua grande habilidade política, que sempre foi a sua “marca registrada”, embora o próprio Riani afirme que não gosta de política:

Eu não entrei na política. Me puseram na política. E eu sou contra a política até hoje. Não gosto de político até hoje, embora sempre tive muito respeito pelo Getúlio, gostei demais do Jango e da convivência que eu tive com o Dr. Jango. Mesmo com o próprio Juscelino, com o Tancredo, com gente muito boa, na questão política, Bias Fortes, né. [...] Os operários é que me colocaram na política.⁹

Na visão de Riani, há uma nítida diferença de significados entre política e luta sindical. Para ele, a sua participação na vida política era um meio de ampliar as lutas de seus pares sociais, sem o propósito de fazer carreira e pregação doutrinária. Já a sua atuação como líder dos trabalhadores dava-se por meio das demandas do cotidiano, sem seguir qualquer tipo de “cartilha ideológica”, orientando-se por questões de ordem mais imediata ao mundo dos trabalhadores, como podemos constatar em suas palavras:

É a questão do dia a dia. Muitas vezes a gente podia nem concordar com o Getúlio, né? [...] A gente começou e fazia as reivindicações do sindicato para a questão de melhoria salarial, porque o que mais se lutava era o aumento salarial, pelo menos uma vez por ano. Ao salário-mínimo, não deram seguimento. Porque o Getúlio criou em 1943, não é isso? O salário-mínimo, em 1940 e em 1943 foi a CLT. O Dutra entrou e não deu um tostão de aumento. E ninguém brigou por causa disso.¹⁰

A questão do salário-mínimo é central na luta da classe trabalhadora, mas isso não significa dizer que se trata categoricamente de um princípio econômico, há outros elementos que envolvem a luta pelo reajuste salarial, como por exemplo, fazer valer os direitos conquistados, realizando as reivindicações, ora por meio dos trâmites legais da burocracia estatal, ora por força do movimento grevista. No caso estudado, Riani e seus companheiros

lançaram uma campanha em nível nacional pela defesa do reajuste do salário-mínimo, que desde o governo Dutra não havia sido alterado, aproveitando a conjuntura favorável do segundo governo Vargas que havia feito um aumento aleatório em 1952.

O órgão responsável pelo estudo do reajuste do mínimo era o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, criado a partir do momento em que se começou a pagar o salário-mínimo, em 1940. João Goulart, ocupando o cargo de ministro do Trabalho durante o segundo governo Vargas, solicitou o estudo sistemático para a devida revisão do salário-mínimo, constituindo uma comissão conjunta entre técnicos do ministério, representantes dos trabalhadores e políticos trabalhistas. Apesar de aprovado, o estudo da Comissão do Salário Mínimo ainda deveria ser submetido ao Ministério da Fazenda.

Em 1954, Riani foi indicado pelas entidades sindicais de Juiz de Fora, e nomeado pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, como membro da Comissão do Salário-Mínimo do Estado de Minas Gerais. Sendo escolhido líder e relator da bancada dos empregados, que era composta de cinco membros, encabeçou uma campanha nacional pela revisão dos salários-mínimos regionais, conseguindo os maiores índices do país. Em 1951, o mínimo foi fixado nos valores de CR\$ 900,00; CR\$ 800,00 e CR\$ 650,00 nas três regiões em que o Estado de Minas Gerais era dividido para efeito do cálculo. Com a campanha nacional de 1954, foram os seguintes os aumentos do mínimo para as regiões mineiras: de 144% à 1ª Sub-Região, 162% para a 2ª Sub-Região e 223% na 3ª Sub-Região, resultando, respectivamente, nos valores de CR\$ 2.200,00, CR\$ 2.100,00 e CR\$ 2.000,00¹¹. Conquistando a união dos trabalhadores, formou o Comando de Greve em Juiz de Fora, entre os dias 16 e 21 de agosto, para fazer prevalecer o direito legal dos aumentos conquistados para a classe, após a árdua luta empreendida pelos seus companheiros em campanha que enfrentaram a resistência da classe patronal.

Depois de tudo decidido, de aprovado, de ter feito uma greve vitoriosa, eles ainda queriam voltar atrás. O salário-mínimo não foi ganho de mão beijada. Foi com muita, muita persistência. Os patrões tentaram voltar atrás mesmo ainda depois de ele em vigor, quiseram reduzir o salário, coisa que a lei não permite. Foi um trabalho difícilimo para toda classe operária de Minas.¹²

O resultado do reajuste de 100% sobre o salário-mínimo rendeu o pedido de demissão de João Goulart da pasta do Trabalho, cobrado pelos ministros gerais. Contudo, a classe trabalhadora saiu vitoriosa dessa luta. Depois desse episódio, Riani continuou a representar os trabalhadores em todas as negociações salariais e participou dos congressos dos trabalhadores na época

do presidente Getúlio Vargas e do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. Foi eleito como o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Hidrelétrica de Juiz de Fora e também como membro do Conselho na CNTI. Foi a partir da campanha pelo salário-mínimo, em que conquistou grande projeção nacional, que nasceu a sua candidatura a deputado estadual pelo PTB de Minas.

A vida política partidária de Riani iniciou-se em 1950, quando alcançou a 11ª posição, entre 15 vagas, ao se candidatar a vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora, pelo Partido Social Progressista (PSP), obtendo 587 votos no pleito eleitoral¹³. Sua decisão de concorrer pelo PSP deu-se por força do apoio do partido de Ademar de Barros à candidatura de Getúlio Vargas. No entanto, Riani não tomou posse porque seu partido não conseguiu a legenda mínima necessária: “Não me importei, pois o meu negócio eram outras coisas, e continuei fora da questão política”¹⁴.

Algum tempo depois, Riani atenderia ao pedido de companheiros de luta, sendo indicado para concorrer a uma das vagas de deputado estadual, como candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, pela seção mineira. Com isso, em 1954, foi eleito deputado estadual pelo PTB de Minas Gerais e trabalhou muito pelas candidaturas de Juscelino Kubitschek (JK) e de João Goulart para a presidência e vice-presidência da República, respectivamente, na famosa aliança PSD-PTB. Estabeleceu grande amizade com JK, e, em especial, com Jango. Gozou da amizade de Tancredo Neves. Por sua atuação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde apresentou 16 emendas em projetos de lei; 17 projetos de lei, conseguindo com que nove fossem transformados em lei; 72 requerimentos; 99 indicações e ocupando a tribuna 184 vezes para discutir projetos, requerimentos e indicações, foi considerado pela imprensa mineira um dos dez melhores deputados estaduais¹⁵. Assim, já na sua primeira legislatura, a desenvoltura de Riani como deputado mostrava que ele, representante legítimo da classe operária, rapidamente conquistava espaço no jogo político antes reservado ao privilégio das elites mineiras detentoras da hegemonia das forças políticas naquele estado.

Nas eleições do Diretório Municipal e do Conselho Fiscal do PTB de Juiz de Fora, realizadas no Cine Teatro Popular, em 12 de janeiro de 1958, foram traçados os planos para reestruturação do partido dentro dos princípios petebistas, com participação direta dos sindicalistas, tendo Riani como delegado reestruturador. Concorreram na histórica Convenção Municipal do PTB duas chapas, uma encabeçada por Clodesmidt Riani e Dr. José Ferreira de Moraes Filho, contra Sylvio de Andrade Abreu e João Moreira de Brito Filho. Riani foi eleito presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Juiz de Fora, com 761 votos a favor e 220 votos contra, deixando de votar 1.650 filiados em condições de voto.

Nessa ocasião, ocorreu um divisor de águas no PTB juiz-forano, evidenciando uma nova fase de lutas, cuja virada na direção local do partido foi marcada por uma nítida separação com a antiga direção, que se recusou a entregar as atas para o diretório vencedor. A nova diretoria do partido teve de providenciar os novos livros de atas¹⁶. A partir daquele momento, a história do PTB juiz-forano foi registrada, oficialmente, de 1958 até 1964, ano do golpe civil e militar. Entretanto, não foi possível verificar as atas lavradas anteriormente, restando informações sobre o período anterior ao ano de 1958 somente em recortes de jornais, ou por meio dos depoimentos de alguns de seus militantes.

Os petebistas juiz-foranos, no Novo Programa do PTB de Juiz de Fora (1958), registraram os problemas acarretados pelo rápido crescimento da cidade, com um complexo processo de concentração urbana. Na visão deles, a legislação municipal e os recursos disponíveis se revelavam incapazes de realizar uma intervenção racional para o bem-estar coletivo. Assim, assumiram o compromisso de elaborar a execução de um Plano Diretor Municipal que, resumidamente, pretendia:

Conter, orientar e racionalizar o crescimento de nossa Comunidade, segundo regulamentações que visem a diminuir o congestionamento das ruas, prover o abastecimento, a saúde e o bem-estar coletivos, garantir luz e ar em condições adequadas, prevenir e evitar concentrações excessivas de população, criar condições favoráveis ao adequado fornecimento de transporte, água e esgotos, e a localização e instalação de escolas, parques, jardins e outras utilidades públicas, e fornecer meios necessários para a elevação do nível de vida da população operária e o desenvolvimento econômico do Município.¹⁷

A renovação petebista juiz-forana previa ir além do Plano Diretor, almejando concorrer vitoriosamente para a prefeitura municipal de Juiz de Fora, o que permitiria colocar em prática um plano de governo popular. Para isso lançaram candidatos próprios para prefeito e vice-prefeito, além de novas lideranças para as vagas de vereador¹⁸. Em relação às eleições de 1958, os petebistas de Juiz de Fora também lançaram nomes para deputados estadual e federal, prestando apoio aos candidatos para o cargo de juiz de paz¹⁹. Riani concorreu à reeleição de deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, tornando-se primeiro suplente da bancada do PTB. Foi empossado deputado estadual em 1960, ocupando a vaga do deputado licenciado Saulo Dinis. Dentre os militantes petebistas juiz-foranos, cabe destacar a presença do ex-presidente Itamar Augusto Cautieiro Franco. O então jovem engenheiro-civil teve como padrinho político o líder sindical

Clodesmidt Riani. Nas eleições municipais de 1962, o PTB de Juiz de Fora lançou para prefeito Nicolau Schuery e para vice-prefeito Itamar Franco. A proposta de governo estava de acordo com as diretrizes apresentadas no Plano Diretor de 1958²⁰. Nos dois pleitos que Itamar Franco disputou pelo PTB, um concorrendo ao cargo de vereador e outro para vice-prefeito, ele não conseguiu ser eleito. Riani, em suas memórias, faz o seguinte registro sobre a trajetória de Itamar Franco no PTB juiz-forano:

Nos livros do PTB estão registradas todas as suas reuniões. Pode-se ver como o operário falava, discutia, como é que um Itamar Franco, o professor Maricano Ribeiro, que foi reitor da Universidade (UFJF), discutiam um assunto. O Itamar Franco foi candidato nosso a vereador, não ganhou; vice-prefeito, não ganhou; depois foi prefeito de Juiz de Fora por duas vezes. No governo do Ademar de Rezende de Andrade, foi convidado para o Departamento de Águas e Esgoto, estava fazendo um bom trabalho, mas, em 64, foi afastado, porque era do PTB. Depois, na campanha de 66 para prefeito, na última hora, disseram que tinha que ajudar a eleição do Wandenkolk Moreira. Mas na hora, a nossa turma do PTB disse que o Itamar era nosso, carregou o Itamar, e ele foi eleito. Foi uma surpresa geral, e nossa turma manteve-se firme. E na reeleição, ficamos com ele outra vez. Ele sabe de onde que veio. Agora recebi uma homenagem lá em Belo Horizonte com outros colegas. E ele falou isso publicamente.²¹

Nesta fala de Riani, constata-se um relato importante sobre as origens políticas do ex-presidente Itamar Franco. Além disso, encontramos elementos definidores da sua identidade política, uma vez que se evidencia a relação estreita com um político que veio a ocupar um lugar de destaque na história do Brasil recente. Riani, ao se referir aos acontecimentos das eleições de 66 e depois à reeleição de Itamar Franco como prefeito de Juiz de Fora, está vivenciando “por tabela” esses personagens, acontecimentos e lugares, conforme análise sobre os elementos da memória apresentado por M. Pollak. Isto porque, durante o referido período, Riani encontrava-se em regime de reclusão, pois fora condenado como preso político pelo regime ditatorial. Além disso, pode-se perceber a preocupação de Riani em relação a uma necessária retração pública do ex-presidente Itamar, no sentido de reconhecer suas origens no PTB de Juiz de Fora, em que os companheiros de luta de Riani lhe deram apoio decisivo para a primeira vitória política nas eleições municipais. Certamente, a eleição de Itamar Franco, como prefeito de Juiz de Fora, representa uma grande conquista dos petebistas juiz-foranos, que almejavam alcançar a prefeitura desde a convenção histórica de 1958.

“Os quentes anos 1960”

No ano de 1960, em julho, Riani presidiu o IIIº Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte, encerrado com uma homenagem a Felipe dos Santos em Ouro Preto, em sessão solene presidida por João Goulart, então vice-presidente da República. Compareceram, também, o prefeito municipal Benedito Xavier, os deputados federais José Raimundo da Silva, Tancredo Neves e San Tiago Dantas, acompanhados de mais de 500 participantes. Nesse mesmo ano, Riani, como vice-presidente da CNTI, participou do 3º Congresso Sindical Nacional na qualidade de líder da bancada de Minas Gerais, composta de 92 delegados. Foi debatida, entre outros temas, a Lei Orgânica da Previdência Social, que seria aprovada em agosto²². Esse congresso foi convocado pelas quatro confederações: Confederação Nacional dos Empregados no Comércio, Confederação dos Trabalhadores de Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Crédito e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. A direção do congresso provocou um tumulto no plenário. Os presidentes das Confederações da Indústria, do Comércio e do Transporte abandonaram a mesa dos trabalhos, dando o Congresso por encerrado, ficando apenas Humberto Pinheiro, da Contec. Nesse momento, Riani pediu a palavra e declarou que na qualidade de vice-presidente da CNTI assumiria o posto, pedindo que os trabalhadores da Indústria permanecessem no congresso. Aplaudido de pé, assumiu a presidência e declarou que a bancada de Minas Gerais na sua totalidade ali permaneceria.

Na ocasião foi decidido que

O 3º Congresso Nacional de 11 a 14 [de julho de 1960] propôs, entre outros, reformas do atual sistema e estrutura sindical dentro do espírito do artigo 149 da Constituição. Criação e constituição de um organismo nacional que aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país.²³

Dessa forma, ganhou corpo o projeto de formação de um comando para aglutinar e dirigir todas as representações sindicais dos trabalhadores, concretizado com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (CGT), durante o 4º Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, na grande greve de 1962.

Ainda em 1960, Riani foi escolhido para integrar a delegação que assistiria em Brasília à homologação da Lei 3807, a Lei Orgânica da Previdência Social (Lops) e falar em nome do movimento sindical nacional. Organizou a caravana sindical a Brasília e, na ocasião, agradeceu ao ministro do Trabalho

e Previdência Social, deputado João Batista Ramos, ao vice-presidente da República, João Goulart, e ao presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Os presidentes das confederações, ali presentes, escolheram como orador Deocleciano de Holanda Cavalcante, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), mas o mesmo foi vaiado insistentemente pela caravana sindical. Falaram também Juscelino Kubitschek, João Goulart e João Batista Ramos. Foi uma das maiores vitórias da classe operária brasileira da década de 1960, pois a conquista da Lei Orgânica da Previdência Social envolveu sete anos de luta, desde o Iº Congresso de Previdência Social, realizado no Rio de Janeiro, capital, em 1953, até sua promulgação em 1960.

A Lops, como ficou conhecida, estabelecia em seu artigo 22²⁴ que as prestações asseguradas pela Previdência Social consistem em benefícios e serviços, a saber:

1. Quanto aos segurados pela previdência: a) auxílio doença; b) aposentadoria por invalidez; c) aposentadoria por velhice; d) aposentadoria especial; e) aposentadoria por tempo de serviço; f) auxílio-natalidade; g) pecúlio; e h) assistência financeira.
2. Quanto aos dependentes: a) pensão; auxílio-reclusão; c) auxílio-funeral; e d) pecúlio.²⁵

Em 25 de agosto de 1961 o presidente da República, Jânio Quadros, mal completados seis meses de governo, renunciou. Os ministros de Jânio tentaram impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, com o intuito de provocar um golpe branco no Congresso. A reação das forças políticas democráticas foi imediata, grupos mais à esquerda protestaram, ao lado de grandes lideranças centristas, tais como Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek, parcelas da população realizaram manifestações públicas a favor de Jango e, no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola liderou uma grande campanha popular pela legalidade. Resultado: as forças democráticas conseguiram impedir o golpe e garantiram a posse de Jango. Entretanto, a solução moderada votada pelo Congresso Nacional foi a criação do sistema parlamentarista, que restringia os poderes legais do presidente Jango. O problema institucional foi adiado por algum tempo, já que se previa uma consulta popular para decidir entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

Riani aderiu ao movimento de resistência nacional, conhecido como Campanha da Legalidade, contra as forças reacionárias e antidemocráticas que tentaram anular o cumprimento da Constituição Federal. Em terras mineiras, liderou os trabalhadores à frente do Congresso Sindical de Minas e assumiu a condução da Campanha pela Legalidade, batendo-se dia a dia pela

vitória dos seus ideais, promovendo comícios e agindo em defesa dos trabalhadores injustamente detidos pela polícia. Ele se expressou sobre a renúncia de Jânio Quadros dessa forma:

Olha, nós fomos pegos de surpresa, que eu estava lá em Belo Horizonte com o Edgar da Mata Machado, que era secretário do Estado. Eu estava justamente reunido com a comissão para tratar da criação da... Universidade do Trabalho. [...] Nós fomos pegos, assim, de surpresa, não é? Aí nós imediatamente..., cada um tomou o seu destino e ficamos acompanhando os acontecimentos. E o que se viu foi isso. E nós então ficamos atentamente, sabe? E com a mobilização das massas, em vários lugares fazendo greve, em Nova Lima (MG) também teve greve etc. E, resultado: nós reunimos para tratar do assunto. Mas aí o pessoal foi preso, do movimento sindical, mais esclarecido, foi tudo preso. E ficou uma situação, assim, mais ou menos difícil, aquele momento.²⁶

Ainda em 1961, Riani liderou a campanha em favor do salário-família e, após 13 anos de lutas, a classe trabalhadora conquistou essa grande vitória. Também presidiu o Comitê de Greve Nacional, que conseguiu 80% de aumento no salário. Além disso, Riani participou com o mesmo vigor em duas outras importantes conquistas dos trabalhadores: a Lei de Aposentadoria Especial para os ex-combatentes e trabalhadores na indústria ao completar 25 anos de serviço, e a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural. Liderou ainda várias campanhas para novos níveis de aumento do salário-mínimo.

No ano de 1962, foi reeleito deputado do Estado de Minas Gerais com expressiva votação, em 7 de outubro. Indicado pela bancada dos deputados estaduais para ser Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Minas Gerais, não aceitou o cargo, para não prejudicar o seu trabalho como representante sindical, o mesmo acontecendo com Sinval Bambirra. Essas indicações surgiram de um acordo entre o PTB e o governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, pelo qual duas secretarias de Estado passariam a ser administradas pelo PTB. Seriam elas a da Saúde, que ficaria para a bancada dos deputados federais, e a do Trabalho e Bem-Estar Social, destinada aos deputados estaduais. Segundo a compreensão da bancada na época, a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, cujo titular era homem de grande visão política e social, o professor Edgard Godói da Mata Machado, estava se entendendo bem com o movimento sindical de Minas Gerais. Também era percepção da própria bancada que o melhor seria substituir essa secretaria por outra. E assim foi feito, efetuando-se a troca entre as pastas da Secretaria de Saúde pela da de Educação. Para a Secretaria de Educação do Estado foi indicado o deputado estadual Cândido Ulhôa, presidente do PTB de Minas Gerais.

Em 1963, Riani presidiu o Comitê da “Greve dos 700 mil” trabalhadores nas Indústrias do Estado de São Paulo, de 25 de outubro a 3 de novembro, atendendo ao pedido do Pacto de Ação Conjunta. Participaram quatro Federações e aproximadamente 80 sindicatos das indústrias. O resultado foi uma grande vitória da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), que obteve 80% de aumento salarial. O saldo negativo do enfrentamento direto contra a repressão policial das forças do governo paulista envolveu vários trabalhadores espancados e 1.100 presos. A participação na “Greve dos 700 mil”, em São Paulo, foi muito importante para Riani, um líder sindical mineiro que atuou diretamente no campo de batalha dos trabalhadores paulistas, valendo-se do crédito de ser presidente da CNTI e do CGT. Para ele:

Foi uma das maiores que eu participei. Essa greve continha, entre outras reivindicações dos trabalhadores, o pedido de aumento salarial de 100%. O movimento começou dia 27, não sei com quais sindicatos, mas se uniram e formaram o Pacto de Ação Conjunta. De repente assustaram porque apareceram mais de 10 sindicatos. Eles ficaram atordoados (esse é o termo que posso empregar), porque telefonaram para mim de São Paulo, pedindo apoio da CNTI e explicamos que eu podia dar todo o apoio, porque estavam naquelas condições.²⁷

Porém, os conflitos não se restringiram às trincheiras do mundo do trabalho. As referências sobre os acontecimentos da “Greve dos 700 mil”, a participação de Riani e de seus companheiros sindicais no movimento e o resultado final pelo reajuste do salário representaram embates de memórias entre as lembranças de Riani e a versão narrada pela revista *O Cruzeiro*, na edição extra de 1963. Na opinião de *O Cruzeiro*, o Pacto de Ação Conjunta (PAC) teria surgido com a intenção de formar em São Paulo uma força sindical semelhante ao Pacto de Unidade e Ação (PUA) da Guanabara e foi resultado da concentração de contratos coletivos vencidos no mês de outubro (mais de 80, segundo a reportagem). E dez dias após sua formação, iniciava a luta defendendo o princípio de que todos os contratos de trabalhos vencidos fossem resolvidos em conjunto, no mesmo patamar das decisões da CNTI e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). As outras reivindicações eram: revisão periódica do salário de quatro em quatro meses, férias pagas em dobro, aumento de 5% por quinquênio, reconhecimento e concessão de estabilidade aos delegados sindicais nas empresas, vigência do aumento a partir de 1º de novembro, entrega de um dia de salário para o sindicato dos trabalhadores, incidência do aumento a partir de 1º de janeiro²⁸.

Na descrição feita pela reportagem de Audálio Dantas, Wilson Gomes, Carlos Azevedo e José Carlos Marão para *O Cruzeiro*, a greve dos industriários paulistas deu-se por motivos particulares da cúpula dos sindicatos paulistas, em razão de pretenderem se igualar ao CNTI e não devido aos interesses reais dos trabalhadores paulistas. Além disso, os repórteres atacaram diretamente os líderes do movimento grevista, acusando-os de oportunistas, agitadores e manipuladores, pois teriam levado os trabalhadores a entrarem em uma greve caracterizada por motivos pessoais.

Três líderes sindicais organizaram, deflagraram e comandaram a greve da indústria paulista. Dois deles importados: Clodesmidt Riani e Dante Pelacani, dirigentes da CNTI e do CGT, entidades da cúpula sindical que se orientam quase sempre pela linha do Partido Comunista. O terceiro chama-se Luiz Tenório de Lima, pernambucano radicado em São Paulo, que criou uma nova sigla já incorporada à cúpula sindical e que estreou fracassando: o PAC, ou Pacto de Ação Conjunta. Riani e Pelacani defenderam, na greve, seus interesses pessoais: estão com seus dias contados à frente da CNTI, que renova sua diretoria ainda este mês. Jogaram toda a força de que dispõem na greve dos industriários paulistas. Manobram, articularam, agitaram, para levar 700 mil trabalhadores à greve. Durante seis dias mantiveram o país em suspense. E foram derrotados.²⁹

Para Riani a “Greve dos 700 mil” teve outros significados, resultados e motivações:

Falei: “Quem faz a greve são os operários. Quem orienta é o sindicato. As federações dão apoio e a CNTI também. Mas está longe. E quantas federações estão englobadas nessas categorias de trabalhadores na indústria? São quatro federações.” Continuei: “Então peçam para me mandarem um rádio urgente, solicitando apoio da CNTI, porque o submeto à diretoria para ver o que nós podemos fazer. O meu parecer é que somos favoráveis a ajudar as federações, e automaticamente a vocês na questão da greve.” Pronto, fim de papo.³⁰

E, em seguida, ao se defender, conclui:

Derrotados com 80% está ótimo. Eu não estava nem pensando em eleições da CNTI. Porque inclusive nem era candidato ainda [...]. Nós nas negociações agimos assim: primeiro, cheguei lá no dia 25 de outubro e nos reunimos. A CNTI se mudou para São Paulo. Ficou marcado..., a reunião das categorias que iriam entrar em greve. As categorias ficariam lá e se quisesse entrar em

greve tinha que votar separado. Mas dentro do mesmo teatro. O Pacto arrumou isso lá.³¹

Segundo *O Cruzeiro*, órgão da imprensa conservadora e elitista, Riani jogou fora todo o seu prestígio na fracassada greve paulista e Luiz Tenório de Lima acabou perdendo a confiança depositada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Na avaliação geral, a reportagem sobre movimento grevista considerou que “o fracasso da greve demonstrou o sentido da politização do operariado paulista. O CGT e a CNTI não conseguiram dobrar a resistência democrática dos trabalhadores”³².

Na interpretação de Riani, a greve de São Paulo foi vitoriosa, pois “foram feitas assembleias nos sindicatos, e todos foram favoráveis a 80%”³³. Isto significava que, ao contrário da opinião emitida pelo *O Cruzeiro*, a conquista de 80% de reajuste do salário para os trabalhadores paulistas foi uma grande vitória, mesmo não alcançando os 100% reivindicados no início da greve. Além disso, na visão de Riani, o desfecho da greve, a articulação feita pela CNTI com as lideranças sindicais paulistas e a participação direta dos trabalhadores no movimento traduzem melhor o real significado da “Greve dos 700 mil”. Os embates de memória produzidos entre a reportagem, no calor dos acontecimentos, de *O Cruzeiro* e os relatos de Riani feitos a posteriori, não deixam de ser autênticos. O discurso presente na reportagem nos permite avaliar a visão de alguns órgãos da imprensa sobre o sentido atribuído ao movimento organizado dos trabalhadores e qual o teor das mensagens veiculadas no texto jornalístico. Em relação às memórias de Riani, percebe-se claramente que, passados esses anos, o significado da “Greve dos 700 mil” ainda continua vivo nos seus ideais, com a finalidade de resistir à visão transmitida pelos órgãos de imprensa do período. E, a partir da análise desse episódio, é possível perceber um alcance ainda maior da “Greve dos 700 mil”, que escapa ao julgamento de *O Cruzeiro*, mas pode ser identificado nas entrelinhas da fala de Riani: a partir daquela experiência, os trabalhadores passaram a decidir quais os objetivos e instrumentos que seriam adotados no movimento grevista, sem esperar por decisões exclusivas das cúpulas das confederações e federações, ou seja, a pressão por tomada de decisão nos sindicatos daí em diante, partia das suas bases.

A Baixada Santista quis entrar em greve em solidariedade aos grevistas de São Paulo. [...] Os trabalhadores estavam reunidos para decidir sobre a decretação da greve em solidariedade aos grevistas de São Paulo. Na minha chegada, bateram palmas e disseram que estavam decidindo decretar greve. Falei: “Há duas soluções: primeiro, acho que não devem decretar greve.” Fui vaiado.

Continuei: “Vaiar não faz mal. Se quiserem decretar, decretem a greve, mas não paralisem o trabalho. A hora que eu precisar, porque eu sou presidente da CNTI, e estou sendo responsável com mais diretores pela greve, falo e vocês paralisam. Fora disso não temos necessidade, agradecemos sua solidariedade. Se entrarem em greve, vão nos atrapalhar porque é mais um movimento de greve que temos que participar. Sou presidente do CGT, o Dante, vice-presidente. Temos que chamar o Pacheco. Confiamos em vocês, e meu apelo é para que vocês não façam isso.” Deixei a solução para eles. E não entraram em greve.³⁴

Os acontecimentos que seguem após o fim da greve vão mostrar que, ao contrário da opinião expressa por *O Cruzeiro*, a reputação e a carreira sindical de Riani não haviam chegado ao fim. Entre a “Greve dos 700 mil” e os “idos de março de 1964”, a liderança de Riani junto aos trabalhadores do Brasil e a confiança depositada pelo presidente Jango atestam a dimensão alcançada por este “operário do poste” que ousou penetrar em instituições antes reservadas às elites e que fez da luta sindical a sua bandeira de vida. Foi nesse período, exatamente, que Riani atingiu o auge da sua ação política e sindical em nível nacional.

Depois da “Greve dos 700 mil” Riani continuou sua extraordinária luta pelos trabalhadores, presidindo incontáveis congressos, participando de conselhos representativos da classe trabalhadora, estando presente em várias concentrações públicas, elevando a sua voz sempre em favor do sindicalismo e dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Foi eleito como membro adjunto do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho, Agência Especial da ONU, em Genebra, no ano de 1963, sendo o representante da América Latina. Simultaneamente, foi nomeado pelo presidente da República, João Goulart, assessor técnico da Delegação dos Trabalhadores Brasileiros na 7ª Conferência Internacional dos Estados Americanos da OIT, realizada na Argentina, na cidade de Buenos Aires, em abril de 1963.

Desfrutando do prestígio como deputado estadual pelo PTB de Minas Gerais, e, principalmente, devido à posição de líder incontestado dos trabalhadores do Brasil, Riani convidou o presidente João Goulart para prestigiar as celebrações do 113º aniversário de Juiz de Fora, no dia 31 de maio de 1963³⁵. Em reunião com os conterrâneos Peralva de Miranda Delgado e Itamar Franco, apontaram as necessidades da cidade para receber o presidente da República. Perceberam os problemas visíveis de saneamento, de água e esgoto, referentes às principais artérias da cidade, que correspondem hoje à Avenida Independência, onde o esgoto era a céu aberto, a Avenida Brasil que precisava ser aberta, e outras questões de ordem infraestrutural.

As principais lideranças da cidade criaram então uma comissão encabeçada por Riani, solicitando uma audiência com o ministro de Viação e Obras Públicas, Hélio de Andrade, para atender às reivindicações feitas por Juiz de Fora e encaminhadas ao diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Geraldo Reis. Ficou assim esquematizado o aparato de obras que atenderia à visita do presidente Jango. Em sua descrição sobre aquele importante dia para a história de Juiz de Fora, podemos constatar que de fato este acontecimento mobilizou toda a cidade:

Sua chegada (de João Goulart) aqui foi bonita, com o povo, as autoridades... Já no Parque Halfeld em frente à prefeitura (esquina da Rua Halfeld com a Avenida Rio Branco) o carro foi chegando, o motorista era o Higino Cortes, eu no banco da frente junto com o motorista e, ao lado, o general Albino Silva que era o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Em pé, o Dr. João Goulart, Magalhães Pinto e Ademar de Andrade (prefeito de Juiz de Fora). Foi uma carreata com todas as autoridades... E também o povo, de um lado ao outro da Avenida Rio Branco, esperando o presidente João Goulart. A recepção no aeroporto foi muito grande, porque foram muitos trabalhadores de ônibus e de carro de praça. Teve comício com banda de música e ida à Câmara Municipal.³⁶

Este episódio, sem dúvida alguma, retrata bastante a confiança e os fortes laços que ligavam Riani ao presidente João Goulart. Mais do que isso, Riani conseguia ao mesmo tempo traduzir as aspirações do povo e se posicionar como grande liderança de pressão política frente aos representantes do Executivo, nunca faltando com seus compromissos sociais e com sua classe.

1964: O desfecho

No início de 1964, o ano começou quente, indicando qual seria a pauta da agenda política brasileira. Riani apresentou ao presidente da República, João Goulart, a nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), reivindicando medidas de cunho classista em conformidade com as demandas da política nacional-estatista e com o programa de Reformas de Base do governo Jango: Decreto de reconhecimento da Contag; liberdade para o presidente e o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos que estavam presos na penitenciária em São Paulo à disposição da Auditoria Militar do II Exército; exoneração do assessor sindical do presidente da República, Gilberto Crockat de Sá; sanção da Lei de Greve aprovada no Congresso Nacional; sanção da Lei de Regulamentação da Remessa de

Lucros para o Exterior; estudo de revisão do salário-mínimo; decreto da Reforma Agrária; estudar a encampação das refinarias particulares de petróleo; aposentadoria especial para os ex-expedicionários industriários com 25 anos de trabalho³⁷.

Riani foi um dos organizadores do comício das Reformas de Base na qualidade de presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), realizado na cidade do Rio de Janeiro. No dia 13 de março, compareceram o presidente da República, João Goulart, governadores de estados, deputados, todas as grandes representações sindicais nacionais e mais de 200 mil pessoas. No Comício da Central foram sancionadas a Lei de Greve 4.330; o decreto instituindo a reforma agrária; o decreto da encampação das refinarias particulares de petróleo; o decreto tabelando os aluguéis; o Decreto 53.831, regulamentando a aposentadoria especial de 15, 20 e 25 anos de trabalhos penosos, perigosos e periculosos, respectivamente³⁸.

O comício do dia 13 de março teve grande repercussão, dada a representatividade alcançada pelo movimento sindical, no momento político crucial que o Brasil atravessava. Os esforços para organizar o evento custaram para Riani a debilidade em sua saúde, acometendo-o um desmaio, devido ao cansaço físico e mental. No dia 11 de março, ele desmaiou na CNTI, foi acudido, o médico recomendou 60 dias de descanso, mas ele não podia pensar em desistir, e falou: “Doutor, o senhor vai desculpar, tenho que morrer depois de amanhã no comício. Se houver qualquer coisa lá, o que o governador da Guanabara vai falar de mim? Que eu fugi da raia. Não tem jeito.”³⁹ E, assim, Riani prosseguiu com os preparativos.

No comício ocorreu um fato inusitado, um tenente-coronel pediu para que Riani atendesse a um telefone, que fora instalado atrás do palanque. Do outro lado da linha falava o presidente Jango, pedindo para que ele descrevesse o comício e instando-o a comparecer imediatamente ao Palácio das Laranjeiras, local em que se encontrava o presidente antes de ir para o Comício da Central. Riani seguiu com seu motorista, Higino Cortês, para o encontro com Jango:

Cheguei no quarto, ele estava mudando a roupa, mas fui chegando, a passagem estava livre, cumprimentei o Dr. Tancredo, o Badger estava lá, e fiquei nervoso, porque ele já tinha que estar no palanque. Mas fui no Dr. Jango, que estava arrumando a camisa... “Riani, olha o documento aí na cama...” Li, era o decreto de encampação das refinarias particulares. “Mas, Dr. Jango, o senhor resolveu fazer hoje?” “Resolvi.” Quer dizer, de surpresa, porque não estava marcado, ali era a reforma agrária. “Eu tinha combinado com o marechal

Osvino fazer a leitura disso. Mas me aconselharam que não deve porque ele é marechal. É presidente da Petrobras. Você mesmo faz a leitura.” Peguei o decreto, o automóvel e fui para lá. Pedi para não demorar. O interessante é que nenhum jornal noticiou o que eu li. O locutor, não lembro mais o nome dele, acho que era da Rádio Nacional, anunciou que o presidente do CGT ia dar uma palavra rápida, ia fazer a leitura... e prestaram atenção. Sei que na hora dei a mão ao marechal Osvino, a favor da encampação, não saiu foto minha junto com ele e não saiu que eu li o decreto. Mas depois falaram da encampação. Mas não dizem que eu li.⁴⁰

Conforme o relato prestado por Riani, a imprensa não noticiou o que ele lera na ocasião. Em vários trabalhos que retratam o Comício da Central do dia 13 de março, não há referências à fala de Riani, presidente da CNTI e do CGT e um dos organizadores do evento⁴¹. Entretanto, o testemunho oral possibilitou o surgimento de múltiplas versões da história, potencializando os diferentes testemunhos sobre o passado, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva e de um conhecimento histórico mais refinado⁴². Em outra ocasião Riani relembra:

Ele (Jango) pediu que eu lesse o decreto lá. E o decreto era justamente da encampação das refinarias particulares, não é? Quer dizer, que então isso não estava..., apesar de nós já estarmos lutando por isso, não é? Mas, aquele dia, para nós foi uma surpresa, certo? Nós estávamos querendo mais o..., a reforma agrária mesmo, certo? De maneira que ali foram muitos oradores.⁴³

Contudo, em ambos os relatos, a função do “não dito” aqui se representa como elemento potencializado da memória, capaz de “invadir o espaço público e passar do ‘não dito’ à contestação e à reivindicação”, frente à memória oficial, ou do trabalho de enquadramento realizado pelos historiadores. Como afirma M. Pollak⁴⁴, a análise do trabalho de enquadramento por meio de seus agentes e traços materiais é chave interpretativa para conhecer, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas. Assim, em face dos instrumentos da história oral, a partir das memórias individuais, por exemplo, os depoimentos de Riani são capazes de realizar o procedimento inverso, aquele que faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento. E, ao mesmo tempo, revelam o trabalho psicológico do indivíduo que procura controlar as feridas, as tensões e contradições entre a memória oficial do passado e suas lembranças pessoais, na forma de memórias de resistência, em cujo interior podemos encontrar os elementos que constituem a sua identidade referenciada no seu projeto do presente.

A partir do dia 13 de março, Jango governaria com a força das esquerdas unidas pelas Reformas de Base. Dois dias depois, o presidente encaminhou uma mensagem ao Congresso exigindo o cumprimento das reformas, de acordo com as medidas anunciadas no Comício da Central. Nesse mesmo dia, 15 de março, Riani, presidente do PTB de Juiz de Fora, como prova de sua grande popularidade e liderança junto aos trabalhadores juiz-foranos, promoveu no Cine Popular, desafiando os seus adversários mais próximos, uma grande concentração pública pelas Reformas de Base, contando com a presença do governador de Pernambuco Miguel Arraes.

A decisão de realizar em Juiz de Fora um comício em defesa das Reformas de Base e como forma de desagravo ao governador pernambucano, Miguel Arraes, e ao deputado Leonel Brizola, partiu da última reunião do PTB de Juiz de Fora, em 10 de março de 1964. Riani não compareceu, porque estava no Rio de Janeiro preparando o Comício da Central. A seção foi presidida por Adalberto Landau, presidente em exercício, sendo acertada a vinda do governador Miguel Arraes e do líder nacionalista Leonel Brizola, tendo em vista que o último fora impedido de falar numa concentração em Belo Horizonte, no mês de fevereiro⁴⁵. Também foi registrada em ata que a notícia da realização do comício, contando com as lideranças da Frente Nacionalista, haviam despertado a reação dos grupos retrógrados que ameaçavam receber o governador à bala⁴⁶. O clima de radicalização tomava conta das forças direitistas e das esquerdas. Segundo avaliação de Riani, diante da tensão envolvendo a realização do evento, havia a necessidade de tomar medidas acauteladoras, e, por isso:

Já alertado sobre os problemas ocorridos em Belo Horizonte, Riani decidiu orientar o pessoal do PTB para que a partir das 13 horas tomassem os lugares dentro do cinema, onde seria servido um lanche. Não seria conveniente ficar entrando e saindo do local da concentração. Riani lembra que os deputados federais Olavo Costa (PSD) e Abel Rafael Pinto (integralista) tentaram impedir a concentração, conseguindo a adesão do padre Wilson, um “padre carismático”. Foi pedida segurança junto ao estado e ao presidente da República.⁴⁷

Quando Riani chegou a Juiz de Fora, recebeu a informação de que o comandante do 2º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar estava à sua procura. O coronel Falcão desejava saber mais detalhes sobre a concentração pública em desagravo ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pois tinha recebido ordem do comandante geral da Polícia Militar de Minas Gerais de garantir a segurança e a realização pacífica do evento. Determinação que foi cumprida à risca. Tendo em vista que os adversários políticos estavam

aguardando o governador chegar, as entradas das ruas do quarteirão onde se situava o Cine Popular foram fechadas (o cinema ficava na Avenida Getúlio Vargas e os acessos davam-se pelas Ruas Floriano Peixoto e São Sebastião). Temendo a ameaça dos reacionários, Riani decidiu adotar uma estratégia para garantir a chegada de Miguel Arraes até o local da concentração.

Na saída de Matias Barbosa, orientou a caravana pedindo ao motorista do carro da polícia que seguiria em frente, para sair em plena velocidade e combinou com o motorista do carro do governador para seguir também em alta velocidade e Riani fez também o mesmo, ficando o carro de escolta do governador sem qualquer orientação. Dessa forma, Riani pode novamente trocar o governador de carro, passando-o para o que ele, Riani, dirigia e o segurança do governador para o carro oficial de Belo Horizonte. Riani reduziu a velocidade. O carro de escolta do governador alcançou o comboio e Riani deu passagem. O carro de escolta passou a acompanhar o outro onde não estava mais Arraes.⁴⁸

Embora arriscado, o plano deu certo, garantindo que o governador pudesse chegar no cinema sem ser percebido e hostilizado pelos adversários. Ao dar entrada no auditório, Riani e Arraes foram ovacionados pelo público presente, e o governador foi carregado pelo povo até a mesa dos trabalhos. Estavam presentes, além das citadas lideranças, os deputados Múcio Ataíde, José Gomes Pimenta (Dazinho) e José de Castro Ferreira; os vereadores Nery de Mendonça, Jair Reihn, Afonso Pinheiro, Peralva de Miranda Delgado; o líder estudantil Paulo de Tarso, membro do Movimento Universitário Renovador (MUR); e o jornalista José Maria Rabelo, diretor do jornal Binômio⁴⁹.

O governador Miguel Arraes, diante do auditório do Cine Popular, completamente tomado pelos populares, iniciou o seu discurso, enquanto ouvia os gritos de “fala, fala, fala”. Conclamou a todos para uma luta destemida em torno das Reformas de Base, na qual era preciso “ganhar a praça”. Arraes condenou a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que “emprega de outra maneira, agora, o seu dinheiro. Derrotada a sua propaganda, apela para a compra de armas”. Após, disse: “Lutamos pelas reformas, mas precisamos de liberdade para isso”. E justificou: “O povo, somente o povo, é capaz de realizar as mudanças, por isso é que defendo o voto do analfabeto. O fato de saber ler, hoje em dia, já é um privilégio”. Arraes homenageou Minas, “coração do Brasil” e “berço da liberdade”, declarando: “Em Minas se levantará o espírito de Tiradentes”⁵⁰. No final do discurso de Miguel Arraes, o auditório gritava: “Falou, falou, falou”⁵¹. Seguiu-se o canto do Hino Nacional Brasileiro, com vivas à liberdade do país e à democracia verdadeira. Encerrada a concentração, Riani informou que partiria imediatamente com o governador

pernambucano para o Rio de Janeiro. Era mais uma estratégia para despistar os adversários. Na verdade, o governador Miguel Arraes seguiria para Belo Horizonte. Esse foi o último evento público de que Riani participou antes do golpe civil e militar de 1964.

Entretanto, o comício em desagravo ao governador Miguel Arraes e pelas Reformas de Base não ocorreria sem tumulto, uma vez que os ânimos dos juiz-foranos também estavam acirrados, dado o clima de radicalização e polarização que tomou conta da sociedade naqueles dias dramáticos⁵². Durante o evento, o padre Lage (suplente de deputado federal, que atuava no movimento sindical na capital mineira) protagonizaria uma situação inusitada. Quando o padre chegou à entrada do Cine Popular acompanhado por um grupo de estudantes de Belo Horizonte, foi barrado pela polícia, que não permitiu a entrada dos estudantes. Indignado, o padre Lage entrou em choque corporal com um oficial. Assim conta Riani:

Houve vários tumultos do lado de fora da concentração. O padre Lage, pelo que disseram, desrespeitou o oficial de polícia, dando-lhe um tapa no rosto, porque o oficial não permitiu a entrada dos acompanhantes do padre, já que o salão estava cheio. Com essa atitude, os soldados derrubaram o padre, o espancaram e o prenderam. O padre alegou posteriormente que primeiro ele havia sido agredido verbalmente e revidou a agressão.⁵³

A grande ausência na concentração de Juiz de Fora ficou por conta de Leonel Brizola. Riani somente tomou conhecimento sobre os reais motivos que levaram o deputado Brizola a faltar com o compromisso anos depois, quando estava preso no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Minas Gerais, junto com Dazinho e Sinval Bambirra, sofrendo a rotineira tortura física e mental. Riani registra:

Convidei o Arraes, e ele aceitou ao convite. O Brizola tinha combinado comigo, não tinha falado mais nada com ele. Não deu satisfação e não veio. Eu só soube, depois quando estava preso no Dops em Belo Horizonte, porque um oficial do Exército me falou: “Essa revolução era para ter começado no dia 15 de março. Se o Brizola fosse a Juiz de Fora, você, Brizola e Arraes seriam fuzilados.” Mostrou-me a carteira de oficial de Exército, e vou tomar nota de quê? De noite? Mas pelo menos me falou e estou falando o que está na minha memória. Dei pouca importância. Eu queria saber o que ele queria comigo...⁵⁴

Diante da deposição do presidente Jango, Riani em conformidade com seus princípios, participou da reunião da Comissão Permanente das

Organizações Sindicais (CPOS) e do CGT no Rio de Janeiro, onde foi decretada greve geral de resistência contra o golpe civil e militar, no dia 31 de março, de 1964. Por volta das 12 horas do dia 1º de abril, foi chamado para ir à Rádio Nacional para falar em nome da Rede da Legalidade. Ele foi o último a falar. Quando terminou, a Rádio Nacional foi invadida por tropas da Polícia Militar e retirada do ar⁵⁵.

Entretanto, Riani conseguiu se livrar dos policiais e, na companhia do secretário de Finanças da CNTI, Francisco Plácido das Chagas, dirigiu-se para a UNE, atendendo solicitação da entidade. Lá chegando percebeu que, apesar das barricadas montadas pelos estudantes, o prédio tinha sido invadido e estava interditado. Nas ruas já viu a cidade tomada pelos militares golpistas, e civis formando uma carreta da vitória, a qual cercou o seu carro. Decidiu então ir ao encontro dos colegas do CGT, mas ouviu pelo rádio de seu carro que a CNTI estava interditada por militares e que a Federação Nacional dos Urbanitários fora invadida pelo pelotão da Polícia do Exército (PE), todos portando fuzis e metralhadoras. Além disso, foi informado que várias categorias entraram em greve. Por mais que se esforçasse, não conseguiu contato com outros membros do CGT nem da CNTI, desconhecendo o paradeiro dos mesmos.

Em contato com os advogados da CNTI, estes o aconselharam a se exilar no México ou no Chile. Para tanto, já haviam providenciado junto às embaixadas daqueles países toda documentação necessária, entrando em comunicação com o Dr. Evaristo Filho para ser seu advogado. Dr. Evaristo Filho, por seu turno, sugeria o exílio, porque os direitos e garantias constitucionais de Riani seriam suspensos. Riani não concordou com a sugestão e se manteve firme na sua resolução de seguir para Juiz de Fora. Os advogados tentaram a todo custo demovê-lo da ideia, mas ele se mostrou irredutível, reafirmando que ia para Juiz de Fora rever sua família. Declarou que, na segunda-feira, viajaria para Belo Horizonte e, na condição legal de deputado estadual do Estado de Minas Gerais, faria um pronunciamento contra o golpe civil e militar na Assembleia Legislativa. Disse ainda que tinha a consciência tranquila por seu dever cumprido, e que assumiria a responsabilidade por seus atos.

No dia 3 de abril recebeu da esposa Norma, por intermédio de seu genro Pedro Rocha do Carmo e amigos, documentos, inclusive passaporte, para que se exilasse. Riani não concordou com a sugestão de sua esposa. Escreveu uma carta de explicações à D. Norma, onde reafirmou seus compromissos com a classe trabalhadora, deixando claro ter a consciência tranquila e o dever cumprido, conforme se percebe neste pequeno trecho, extraído do citado manuscrito:

Mas a vida é esta de luta. Lutar para viver e não viver para morrer de fome e nossos filhos na miséria. Estou mais animado do que nunca para lutar por um

Brasil melhor e que os nossos filhos e os filhos de milhares de trabalhadores tenham mais oportunidades do que eu. Tenham uma vida mais humana e mais digna. Norma, a única coisa que reclamo é da injustiça de quererem nos tratar como agitador ou comunista, eu nunca fui, não sou e não serei comunista jamais. Sou católico por convicção. Sou democrata por instinto. Sou lutador das causas sindicais e trabalhista por ideal. Feliz daquele que tem um ideal para lutar e defender.⁵⁶

Logo em seguida, Riani enviou o amigo Francisco Plácido das Chagas para o distrito de Filgueiras, pertencente ao município de Chácara (MG), pois o mesmo também estava sendo procurado. À noite tomou conhecimento que as categorias em greve estavam voltando ao trabalho. Assim resolveu, no dia 4 de abril, data da saída para o exílio do presidente da República, João Goulart, viajar para Juiz de Fora à meia-noite. Ao chegar à sua cidade, por volta das 4 horas do dia 5 de abril, encontrou seus familiares bastante apreensivos e assustados. Sua casa estava sendo vigiada dia e noite, por policiais civis, militares e pela PE. Ele estava sendo procurado e corria risco de morte⁵⁷. Nessa situação, decidiu se apresentar naquele mesmo dia ao Comando da 4ª Região Militar, localizada em Juiz de Fora, e não como era sua decisão, na Assembleia Legislativa. Seu filho Flodesmidt o levou no carro da família, um Chevrolet 40, às 5 horas da manhã.

Antes, passaram na Igreja da Glória. Riani foi levado à presença de um oficial que lhe disse ter sido muito bom ele se apresentar, “porque estamos à sua procura” e “queremos a sua colaboração”. Respondeu que a sua maior colaboração era sua presença para assumir os próprios atos. O tenente-coronel disse que bastaria que assinasse uma carta dizendo que Brizola e Jango eram comunistas. Respondeu que isto não poderia dizer, “até porque nem o Dr. Jango nem o Brizola são comunistas”. O oficial ficou em silêncio, e, em seguida, mandou que o levassem ao alojamento da PE. Ao chegar à PE foi-lhe ordenado colocar as mãos na parede e abrir as pernas. Sob agressões verbais, ouviu a ordem para que os soldados lhe chutassem os tornozelos. Em seguida recebeu socos fortes na altura dos rins. Os seus tornozelos começaram a sangrar. A partir daí passou por todo um processo torturante, sendo tratado como um facínora⁵⁸.

Daí para frente, começam outras páginas de sua vida...

RESUMO

Neste artigo enfocamos o trabalhismo reformista tomando como referência a trajetória de Clodesmidt Riani, importante líder sindical do período anterior ao golpe civil e militar de 1964. Trabalhamos com a ideia de que Riani pertence a

uma geração diferenciada dentro da segunda geração trabalhista e do próprio trabalhismo reformista, que combina a adesão à democracia com a luta pelas reformas estruturais, a mobilização de massas com a ação institucional. Sob esta perspectiva, procuramos associar fundamentos da História Política renovada com a História Oral no que se refere ao tipo de análise utilizada sobre as memórias de Riani em seus diferentes depoimentos.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalhismo; Cultura Política; Esquerdas; Memórias.

ABSTRACT

In this article we focus the labourism reforms in terms of the trajectory of Clodesmidt Riani, important trade union leader of the period prior to the Civil and Military Coup of 1964. We work with the idea that Riani belongs to a generation differentiated within the second generation labour and labourism reforms, which combines membership democracy with the fight by structural reforms, the mobilization of the masses with institutional action. Under this perspective, we seek to associate fundamentals of renewed political history with oral history regards analysis type used on the memoirs of Riani in its various testimonials.

KEYWORDS

Labourism; Politics Culture; Left wings; Memories.

NOTAS

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac). Atualmente, é professor da rede pública de ensino básico da Prefeitura Municipal de Barbacena (MG) (2011). Contato do autor: xandph@yahoo.com.br.

² Clodesmidt Riani nasceu no dia 15 de outubro de 1920, na cidade de Rio Casca (MG), filho de Orlando Riani e Maria Riani. Concluiu o curso primário na Escola Antonio Carlos de Andrada, na cidade de Juiz de Fora (MG), em 28 de novembro de 1933. No ano seguinte iniciou sua vida profissional quando foi admitido como ajudante na linha de produção da tecelagem e depois tecelão, na Companhia de Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento. Dois anos depois, precisamente no dia 14 de agosto de 1936, começa a trabalhar como aprendiz de eletricitista na Companhia Mineira de Eletricidade (CME), onde permaneceu durante 43 anos, aposentando-se no dia 15 de setembro de 1983, como chefe de Divisão de Redes, da agora denominada Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). No dia 4 de setembro de 1941 casa-se com Norma Geralda Riani, que passa a ser, além de esposa fiel, a companheira de todas as horas e o seu apoio maior. Desta união nascem dez filhos.

³ HELENO, Alexandre Peixoto. *Revisitando as memórias de Clodesmidt Riani: a tra-*

jetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o golpe civil e militar de 1964, 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

⁴ No período de 1940 a 1970, Juiz de Fora (MG) era uma cidade que tinha uma classe operária numericamente expressiva, por ser sede de inúmeras indústrias nos ramos de alimentação e da tecelagem. Naquele contexto histórico, a tradição da classe operária da cidade mostra-se combativa e a maioria de seus trabalhadores possuía forte vinculação com o trabalhismo e com o PTB.

⁵ Dentro da tradição trabalhista anterior ao Golpe de 1964, podemos encontrar pelo menos duas gerações, uma de orientação varguista, em que o getulismo confundeu-se com o trabalhismo e mesmo o excede. Nessa associação, a dimensão do nome Getúlio Vargas aparece como suprapartidário, denotando tanto um estilo de fazer política, próprio de Vargas, e que seus herdeiros irão tentar apropriar, quanto se vinculando ao “getulismo” como força política, centrada na legitimidade e popularidade do líder carismático, que transmite a imagem do “salvador” para as questões sociais. Por outro lado, há outra geração de trabalhistas que pode ser identificada nas lideranças políticas que surgem no movimento sindical, independente de sua ligação com o PTB e com o nome de Vargas.

⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo, 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989. Trata-se de duas obras fundamentais para o conhecimento sobre o trabalhismo brasileiro. Ângela Gomes inovou os estudos sociais ao resgatar a categoria trabalhismo, refutando as teses tradicionais sobre o populismo. Lucília Neves enfocou a análise sobre o PTB e o reformismo, mostrando como foi importante a renovação operada pela chegada de João Goulart aos quadros centrais do partido, mesmo sendo o “herdeiro” direto de Getúlio Vargas.

⁷ A arbitrariedade do ato foi tamanha que as atas sobre o processo sumário de cassação destes deputados ficaram retidas até 1998, quando, finalmente, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais liberou a documentação e reconheceu o erro cometido contra os direitos dos cidadãos envolvidos.

⁸ PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de Araújo. *Clodesmidt Riani: Trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa; EDUFJF, 2005, p. 8. Este “livro-documento” constituiu-se em uma das principais fontes de consulta e, dado o caráter extraordinário de depoimentos de Clodesmidt Riani, compostos de aproximadamente 72 horas de entrevistas transcritas e com alguns documentos originais reproduzidos, nos permitiu inserir várias notas de referência no corpo do texto.

⁹ Cf. depoimento de Clodesmidt Riani, prestado ao autor, em 26 ago. 2006.

¹⁰ Cf. depoimento de Clodesmidt Riani, prestado ao autor, em 26 ago. 2006.

¹¹ DELGADO, Ignácio. *A estratégia de um revês: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1997, p. 149.

- ¹² Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 57.
- ¹³ Cf. depoimento de Clodesmidt Riani, prestado à professora Lucília Neves, em 2 out. 1985, Programa de História Oral da UFMG. TEM-CR-1.
- ¹⁴ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 34.
- ¹⁵ Cf. a cartilha *O que fez o Deputado Riani como representante do povo na Assembleia de Minas Gerais e junto ao Governo Federal*, 1962. CMDCCR.
- ¹⁶ As Atas do Partido Trabalhista Brasileiro, seção de Juiz de Fora (MG), encontram-se de posse de Clodesmidt Riani, sendo disponíveis para consulta no CMDCCR.
- ¹⁷ Cf. Programa do Partido Trabalhista Brasileiro, seção de Juiz de Fora (MG), maio de 1958. Manuscrito. CMDCCR.
- ¹⁸ Cf. Atas do PTB, seção de Juiz de Fora (MG). CMDCCR.
- ¹⁹ Cf. *O Lince*, Juiz de Fora, set./out. de 1958. Resultados finais das eleições de 1958, p. 22-23. CMDCCR. Os votos obtidos pelos candidatos do PTB para deputado federal: Nilo Álvaro Soares (3.572). Para deputado estadual: Clodesmidt Riani (eleito, 4.635), Sebastião Marsicano (4.069).
- ²⁰ Cf. Programa de Governo do Candidato Nicolau Schuery, Juiz de Fora, 1962. CMDCCR.
- ²¹ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 124-25.
- ²² Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 181-86.
- ²³ Cf. *Idem*.
- ²⁴ *Lei Orgânica da Previdência Social* – Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960, assinada pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, sendo publicada no Diário Oficial, de acordo com o decreto lei 48.959, em 19 de setembro de 1960. Dados fornecidos ao autor por Clodesmidt Riani.
- ²⁵ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 183.
- ²⁶ Cf. depoimento de Clodesmidt Riani, prestado à professora Lucília Neves, em 11 jan. 91, Programa de História Oral da UFMG. 7A-CR-10.
- ²⁷ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 264.
- ²⁸ Cf. *O Cruzeiro*, Edição Extra, São Paulo, 1963. CMDCCR.
- ²⁹ Cf. *O Cruzeiro*, Edição Extra, São Paulo, 1963, primeira página. CMDCCR.
- ³⁰ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 265.
- ³¹ Cf. *Ibidem*, p. 265.
- ³² Cf. *O Cruzeiro*, Edição Extra, 1963.
- ³³ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 269.
- ³⁴ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 270.
- ³⁵ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 251.

- ³⁶ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 251-52.
- ³⁷ Cf. depoimento de Clodesmidt Riani, prestado à professora Lucília Neves, em 14 jan. 91, Programa de História Oral da UFMG. 9B-CR-3-4.
- ³⁸ Cf. *Nosso Século*, nº 68, Especial 1960/1980. CMDCR.
- ³⁹ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 290.
- ⁴⁰ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 292.
- ⁴¹ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 351-63. O autor apresenta uma narrativa pormenorizada sobre o Comício da Central.
- ⁴² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: Memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 52.
- ⁴³ Cf. depoimento de Clodesmidt Riani, prestado a professora Lucília Neves, 1991. Programa de História Oral da UFMG. 9A-CR-9.
- ⁴⁴ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. (Disponível para download em: <www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: mar. 2011.)
- ⁴⁵ A manifestação conservadora adversa às reformas de base e contra a presença de Brizola foi protagonizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde).
- ⁴⁶ Cf. Livro de Atas do PTB/JF. CMDCR.
- ⁴⁷ Cf. *Diário Regional*, Juiz de Fora, 21 abril 1996, p. 23. “Dossiê Riani”.
- ⁴⁸ Cf. *Diário Regional*, Juiz de Fora, 21 abril 996, p. 23. “Dossiê Riani”.
- ⁴⁹ Cf. *Binômio*, Juiz de Fora, semana de 23/28 mar. 1964. (Recorte) CMDCR.
- ⁵⁰ Cf. *Binômio*, Juiz de Fora, semana de 23/28 mar. 1964. (Recorte) CMDCR.
- ⁵¹ Cf. *Binômio*, Juiz de Fora, semana de 23/28 mar. 1964. (Recorte) CMDCR.
- ⁵² Cf. “Juiz de fora altiva repudiou o comício nacionalista comandado por Arraes”. *Diário da Tarde*, 16 mar. 1964. CMDCR.
- ⁵³ Cf. *Diário Regional*, Juiz de Fora, 21 abril 1996, p. 23. “Dossiê Riani”.
- ⁵⁴ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 293.
- ⁵⁵ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 322-324.
- ⁵⁶ Cf. carta a Norma Geralda Riani, Rio de Janeiro, 3 abril 1964. CMDCR.
- ⁵⁷ Cf. *Diário Regional*, Juiz de Fora, 31 mar./1º abril 1996, p. 17. “Dossiê Riani”. Arquivo Particular do autor.
- ⁵⁸ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 324-325, *passim*.